

Qualificação, aberto por aviso n.º 314/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 12 de janeiro de 2015, foram celebrados

contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com as trabalhadoras abaixo identificadas.

Nome	Carreira	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Data de produção de efeitos
Ana Cristina Ferreira de Sousa	Técnica superior	Entre 4.ª e 5.ª	Entre 23 e 27	15-04-2015
Cláudia Maria Leonardo Santa Comba	Técnica superior	2.ª	15	15-04-2015
Patrícia Carla Marques da Silva Pereira Pacheco	Técnica superior	2.ª	15	15-04-2015

Mais se torna público que as trabalhadoras concluíram com sucesso o período experimental de função, na carreira de técnico superior, tendo obtido no seu termo, as seguintes avaliações finais, homologadas por meu despacho de 12 de novembro de 2015:

Nome	Avaliação final
Ana Cristina Ferreira de Sousa	18,16
Cláudia Maria Leonardo Santa Comba	15,92
Patrícia Carla Marques da Silva Pereira Pacheco	15,92

24 de fevereiro de 2016. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.
209384186

Despacho n.º 3220/2016

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do Aviso (extrato) n.º 9755/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167 de 27 de agosto, com vista ao preenchimento do cargo de chefe de divisão de Estratégia, Planeamento e Estatística, cargo de direção intermédia de 2.º grau da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Maria de Fátima Simões Castro Azevedo, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da respetiva unidade orgânica.

Assim, designo para o cargo de chefe de divisão de Estratégia, Planeamento e Estatística, a mestre Maria de Fátima Simões Castro Azevedo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2016.

2 de fevereiro de 2016. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.

Nota Curricular

Nome: Maria de Fátima Simões Castro Azevedo (11 de abril de 1969).
Habilitações Académicas: Mestre em Economia Internacional (1995) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL), Licenciatura em Economia (1992) pelo ISEG/UTL.

Formação Profissional: Diploma de Especialização em Políticas de Ambiente (2008) pelo INA; Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (2004) pelo INA.

Atividade Profissional:

Chefe da Divisão de Estratégia, Planeamento e Estatística, integrada nos Serviços de Prospetiva e Planeamento da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, de 21 de maio de 2015 até à presente data;

Chefe da Divisão de Estratégia e Planeamento, integrada nos Serviços de Prospetiva e Planeamento da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, de 1 de agosto de 2014 a 20 de maio de 2015;

Técnica Superior do Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) desde 2004, onde desempenhou funções na área de prospetiva estratégica; com a integração do DPP na Agência Portuguesa do Ambiente em 2011 tem desempenhado funções no Departamento de Estratégia e Análise Económica. Tem experiência profissional prévia no setor da comunicação social (1992-2004) e experiência de docência na área de Ciência Política e Relações Internacionais, Economia Internacional, Prospetiva e Ambiente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sendo formadora certificada com colaboração anterior no INA no âmbito do CADAP (versão internacional).

209381812

AMBIENTE E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

Aviso n.º 2794/2016

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 248.º da LTPF, se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na categoria, no mapa de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., do Técnico Superior Francisco José Chagas dos Reis, oriundo do mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da referida lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado entre a 6.ª e 7.ª posição remuneratória e entre o 31 e 35 nível remuneratório, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos reportados a 18 de agosto de 2015.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

209374393

Aviso n.º 2795/2016

Por deliberação de 21 de abril de 2015 do Conselho Diretivo do ICNF, I. P., nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão atual, foi autorizada, com efeitos à data da nomeação, a opção pelo vencimento da carreira de origem dos dirigentes deste Instituto: licenciado Fernando José Queirós Alves Monteiro, Chefe de Divisão de Licenciamento e Avaliação de Projetos; licenciado Eduardo Silva Alves, Chefe de Divisão de Licenciamento e Avaliação de Projetos e licenciada Luísa Maria Figueiredo Pinheiro Zuzarte Reis, Diretora de Planeamento e Assuntos Internacionais, os quais foram nomeados pela deliberação n.º 344/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série n.º 29 de 11 de fevereiro de 2013 e Deliberação n.º 1600/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série n.º 160 de 21 de agosto de 2013.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

209374822

Aviso n.º 2796/2016

Na sequência do procedimento concursal de seleção para o provimento do cargo de Diretor do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., aberto pelo aviso n.º 6648/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 114, de 15 de junho de 2015, e publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código OE201506/0213, e nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, o Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. deliberou em 28 de julho de 2015, designar a mestre Maria Valentina Filipe Coelho Calixto, para o cargo de Diretor do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Algarve do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., cargo de direção intermédia de 1.º grau, em comissão de serviço, com efeitos a 1 de setembro de 2015, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a qual reúne os requisitos legais e possui a experiência profissional, o perfil, a competência e a aptidão técnica para o exercício das respetivas funções, conforme resulta da sinopse curricular, em anexo.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

Sinopse curricular

Nome: Maria Valentina Filipe Coelho Calixto
Data de Nascimento: 28 de junho de 1959

Habilitações Académicas: Mestre em Engenharia do Ambiente, Perfil Ordenamento do Território e Impactes Ambientais e Licenciatura em Engenharia do Ambiente, pela Universidade Nova de Lisboa, em 2013 e 1983, respetivamente.

Atividade Profissional:

Exerceu funções de técnica superior na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, de 1 de abril de 2012 até 31 de agosto de 2015;

Exerceu o cargo de Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P., de 1 de outubro de 2008 a 31 de março de 2012;

Exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Sudoeste, de 8 de novembro 2009 a 14 de novembro de 2013;

Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral — Ria Formosa, de 7 de julho de 2008 a 28 de dezembro de 2012;

Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Instaladora da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P., desde 16 de julho de 2007 a 30 de setembro de 2008;

Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve de 1 de outubro de 2003 a 15 de julho de 2007;

Exerceu o cargo de Diretora Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve e, posteriormente, de Diretora Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Algarve, de maio de 1992 a 30 de setembro de 2003;

Em abril de 1991, assumiu a Chefia da Divisão de Estudos, Planeamento e Programação da Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

Responsável pela Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, desde fevereiro de 1990;

Em 1989, assumiu, a nível interno, a função de responsável do Setor de Estudos, Planeamento e Programação da Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, da Comissão de Coordenação da Região do Algarve;

Desempenhou funções equivalentes às de Técnico Superior de 2.ª classe, na Comissão de Coordenação da Região do Algarve, desde novembro de 1983 até abril de 1987, data em que integrou o quadro de pessoal.

209374888

Aviso n.º 2797/2016

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, toma-se público que, obtida a anuência da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve), se procedeu à consolidação da mobilidade interna, na categoria, no mapa de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., da assistente técnica Elisabete Lopes Guerreiro Peres, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da referida lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado na 1.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 5, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de julho de 2015.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

209374288

Deliberação n.º 294/2016

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio;

Na sequência da publicação da Portaria n.º 276/2015, de 10 de setembro, que procedeu à primeira alteração dos Estatutos do ICNF, I. P., no sentido da componente de valorização das áreas classificadas deixar de estar integrada no Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal, passando este Departamento a designar-se Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal, com as correspondentes atribuições.

O Conselho Diretivo do ICNF, I. P. deliberou em 14 de setembro de 2015, que a Divisão de Fitossanidade Florestal e de Arvoredo Protegido (DFFAP) e Divisão de Defesa da Floresta e Valorização de Áreas Públicas (DDFVAP), criadas pela deliberação do Conselho Diretivo n.º 1069/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de junho, que funcionavam na dependência do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal (DGACPPF) passam, com efeitos a 15 de setembro de 2015, a funcionar na dependência do Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal (DGAPPF).

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

209374717

Deliberação n.º 295/2016

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 97, de 21 de maio;

Na sequência da publicação da Portaria n.º 276/2015, de 10 de setembro, que procedeu à primeira alteração dos Estatutos do ICNF, I. P., aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 31 de outubro, efetivou-se uma alteração da estrutura dos serviços do ICNF, I. P., no sentido da componente de valorização das áreas classificadas deixar de estar integrada no Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal, passando este Departamento a designar-se Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal, com as correspondentes atribuições.

À luz do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor, a Eng.ª Zita Costa cessou as funções de Diretora do anterior Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Públicas e de Proteção Florestal, agora Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal.

Torna-se agora necessário nomear o dirigente do Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, os membros presentes do Conselho Diretivo deliberaram em 14 de setembro de 2015, por unanimidade, nomear, no cargo de Diretora do Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, com efeitos reportados a 15 de setembro de 2015, a licenciada Zita Delfina Foja Costa, a qual reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação, conforme resulta da sinopse curricular, em anexo.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

Sinopse curricular

Nome: Zita Delfina Foja Costa

Data de nascimento: 30 de setembro de 1954

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Silvícola, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1979.

Atividade profissional:

Desde 1 de julho de 2014 — Diretora do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.);

De novembro de 2012 a 30 de junho de 2014 — Diretora do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal, em regime de substituição, no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.);

De setembro a novembro de 2012 — Diretora da Unidade de Defesa da Floresta, no ICNF, I. P.;

De maio a agosto de 2012 — Técnica superior, no ICNF, I. P.;

De março de 2008 a abril de 2012 — Técnica superior, no Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão do PRODER.

De novembro de 2007 a fevereiro de 2008 — Técnica superior, na Direção Geral dos Recursos Florestais (DGRF);

De junho de 2004 a outubro de 2007 — Diretora de Serviços de Desenvolvimento Florestal, na DGRF;

De maio de 1997 a maio de 2004 — Chefe de Divisão de Fomento e Produção Florestal, na Direção Geral das Florestas (DGF);

De julho de 1988 a abril de 1997 — Técnica superior, na DGF;

De agosto de 1979 a junho de 1988 — Técnica superior, na Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal.

Experiência profissional mais relevante:

No âmbito das funções de direção, foi responsável pela coordenação de atividades e projetos relativos à defesa da floresta contra incêndios, no contexto da prevenção estrutural nas vertentes do planeamento, sensibilização e organização do território, ao programa de sapadores florestais, à aplicação do regime fitossanitário às espécies florestais e à execução de programas específicos de controlo de agentes nocivos, à execução do regime florestal abrangendo matas nacionais, autárquicas e comunitárias, aos regimes de proteção do sobreiro e azinheira e do arvoredo classificado de interesse público, ao desenvolvimento do associativismo florestal e à promoção da valorização de áreas classificadas.